

Relatório de Gestão
Exercício de 2023
De 1/1/2023 a 31/5/2023

Índice

1	Ações Desenvolvidas	3
2	Estrutura Orgânica.....	5
3	Análise Financeira	5
3.1	Balanço	5
3.2	Demonstração de Resultados	6
3.3	Indicadores económico-financeiros	7
3.4	Demonstração de Fluxos de Caixa.....	8
4	Análise Orçamental	8
4.1	Orçamento	8
4.2	Execução da Receita	9
4.2.1	Transferências correntes e de capital obtidas.....	10
4.3	Execução da Despesa.....	10
4.3.1	Despesas com Pessoal	12
4.3.2	Aquisição de Bens e Serviços.....	12
4.3.3	Transferências correntes.....	12
4.3.4	Desempenho orçamental e fontes de financiamento	12
4.4	Indicadores orçamentais.....	14
5	LCPA – Leo dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso	14
6	Contabilidade de Gestão	14
7	Factos ocorridos após o termo do exercício	15
8	Proposta de Aplicação de Resultados.....	16

1 Ações Desenvolvidas

No cumprimento das atribuições e competências e da Missão que lhe estão legalmente atribuídas, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo iniciou o ciclo de gestão de 2023 prosseguindo a implementação a nível regional das políticas públicas que visam o desenvolvimento da região Alentejo e a gestão adequada do seu território, promovendo o desenvolvimento sustentável, a competitividade económica, a criação de emprego e o reforço da coesão territorial.

Neste contexto, merece especial destaque a preparação e operacionalização do novo ciclo de programação de fundos europeus para o período 2021 -2027, que decorre do Acordo de Parceria firmado entre Portugal e a Comissão Europeia, em julho de 2022, e que se concretizará na implementação do Programa Regional do Alentejo 2030.

Ao nível do ambiente e do ordenamento do território, evidencia-se a prossecução dos objetivos no âmbito do planeamento, da monitorização e da fiscalização das políticas públicas e das disposições legais vigentes nestes domínios, bem como a sensibilização dos cidadãos e instituições para estas temáticas. Foram ainda desenvolvidas diversas iniciativas de dinamização e aprofundamento da economia circular no Alentejo.

No domínio da cooperação e do apoio técnico às autarquias locais e suas associações, deu-se continuidade ao acompanhamento da atividade de administração local, mediante a recolha e tratamento de dados, nomeadamente financeiros, que se deverão constituir como suporte para a formulação de novas políticas. Nesta área igualmente tem elevada expressão o apoio jurídico e técnico e o acompanhamento de programas de financiamento estabelecidos no âmbito da cooperação técnica e financeira estabelecida entre a Administração Central (nomeadamente a DGAL) e as Autarquias Locais e suas associações.

A dinamização da cooperação interinstitucional no contexto nacional e internacional, consubstanciou-se no estabelecimento de parcerias estratégicas, algumas delas com alocação de recursos financeiros significativos, nomeadamente comunitários, em temáticas relevantes para o desenvolvimento da região e para sua integração no espaço europeu.

O Centro Qualifica AP recentemente implementado no âmbito da CCDR Alentejo, com o objetivo de aumentar as qualificações escolares e profissionais dos trabalhadores da administração pública (regional e local) da região, continuou a promover a realização de ações para reconhecimento, validação e a certificação de competências destes trabalhadores.

No plano do desenvolvimento interno da organização, manteve-se a trajetória que tem vindo a ser prosseguida, visando a melhoria do desempenho organizacional, da capacitação e motivação dos recursos humanos e maior eficiência na gestão dos seus financeiros e patrimoniais.

As principais atividades mantiveram-se assim alinhadas com os objetivos estratégicos e operacionais formulados no Plano de Atividades para 2023, designadamente:

Objetivos Estratégicos		Objetivos Operacionais	
OE1	Dinamizar ao nível regional as políticas de desenvolvimento nos domínios económico, social, ambiental e territorial	1.1	Monitorizar a evolução das dinâmicas regionais no âmbito do desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial
		1.2	Promover o planeamento estratégico e a concertação das políticas públicas de base regional
		1.3	Sensibilizar cidadãos e instituições para as temáticas do ordenamento do território e ambiente
		1.4	Contribuir para a transição da Região de uma economia linear para uma economia progressivamente circular
		1.5	Melhorar as competências escolares e profissionais dos trabalhadores da administração pública sediada na região.
OE2	Otimizar a aplicação dos fundos comunitários e de outro investimento público atribuído à região	2.1	Acelerar a execução do Programa Operacional Regional do Alentejo
		2.2	Gerir eficazmente outros instrumentos de financiamento atribuídos à região
OE3	Contribuir para a gestão adequada do território, designadamente nos domínios do ambiente e do ordenamento do território, no quadro dos planos e programas nacionais e regionais aprovados	3.1	Assegurar a implementação regional dos instrumentos de gestão territorial
		3.2	Contribuir para a melhoria da qualidade ambiental na Região
OE4	Promover a cooperação e o apoio técnico às autarquias locais e suas associações	4.1	Acompanhar a atividade de administração local com vista à formulação de novas políticas
		4.2	Otimizar o apoio técnico às autarquias locais e suas associações
OE5	Dinamizar a cooperação interinstitucional no contexto nacional e internacional	5.1	Promover a cooperação transnacional
		5.2	Promover a Cooperação transfronteiriça
OE6	Melhorar o desempenho organizacional e o seu reconhecimento junto dos stakeholders externos	6.1	Reforçar a aproximação da CCDR Alentejo e da Autoridade de Gestão do ALENTEJO 2020 à comunidade
		6.2	Promover a transformação digital e a Modernização Administrativa
		6.3	Melhorar a gestão orçamental e financeira
		6.4	Promover a boa gestão da CCDR com profissionais motivados

Neste quadro de diversidade de competências e desafios importa por último salientar o especial desafio que se antecipa em matéria de reestruturação orgânica da própria CCDR Alentejo, amplamente anunciada, mas que por ausência de referenciais legais que permitam repensar a organização e a sua estratégia ainda não se reflete no presente documento.

2 Estrutura Orgânica

Na data referente ao presente relatório, ou seja, entre 1 de janeiro de 2023 e 31 de maio de 2023, a direção superior da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo estava conferida a:

Cargo	Nome
Presidente	António José Ceia da Silva
Vice-Presidente	Carmen de Jesus Geraldo Carvalheira
Vice-Presidente	Aníbal Reis Coelho da Costa

Nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25 de outubro, onde é expressa a Lei Orgânica das CCDR's, evidencia-se que a CCDR Alentejo dirigida por um presidente, coadjuvado por dois vice-presidentes, competindo aos vice-presidentes (artigo 4.º) exercer as competências que lhe sejam delegadas ou subdelegadas pelo presidente.

3 Análise Financeira

3.1 Balanço

O ativo da CCDRA no final de 31/05/2023 era de 12,5 milhões de euros.

BALANÇO

Rúbricas	31/05/2023	2022	△ €	△ %
ATIVO				
Ativo não corrente	436 327	514 339	(78 012)	-15,17%
Ativo corrente	11 998 132	9 767 308	2 230 825	22,84%
Total do ativo	12 434 459	10 281 646	2 152 813	20,94%
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
Total do Património Líquido	2 204 997	3 993 905	(1 788 909)	-44,79%
PASSIVO				
Passivo não corrente	367 080	367 080	0	0,00%
Passivo corrente	9 862 383	5 920 661	3 941 722	66,58%
Total do Passivo	10 229 463	6 287 741	3 941 722	62,69%

Moeda: Euros

O ativo nos períodos em análise obteve uma variação positiva com um acréscimo de 20,94%, apesar desta variação ser composta por uma variação negativa no ativo não corrente (-15,17%) e uma variação positiva no ativo corrente (+22,84%).

Relativamente ao passivo, temos um acréscimo expressivo na ordem dos 66,58%, sendo que esta subida se fica a dever ao facto de se ter reconhecido até 31/05/2023, os diferimentos associados às responsabilidades proporcionais a esta data das férias, subsídios de férias e subsídios de Natal e respetivos encargos, para além de ainda não terem sido desreconhecidas as férias, subsídios de férias e respetivos encargos, respeitantes ao ano de 2022 e que ainda não foram pagos à data desta prestação de contas.

Face a este ativo e passivo, o património líquido obteve um decréscimo de 1.788 milhares de euros ao qual corresponde uma descida de 45 pontos percentuais.

3.2 Demonstração de Resultados

Os rendimentos do período até 31/05/2023 não têm comparabilidade com o período do ano de 2022, considerando a heterogeneidade do período de análise.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Rúbricas	31/05/2023	2022	△ €	△ %
Total de Rendimentos	2 293 668	13 748 400	(11 454 732)	-83,32%
Total de Gastos	4 082 577	12 962 498	(8 879 922)	-68,50%
Resultado líquido do período	(1 788 909)	785 902	(2 574 811)	-327,62%

Moeda: Euros

Os fornecimentos e serviços externos representam 381 mil euros. Também os gastos com o pessoal, expressam 3.262 mil euros, equivalente a 47% do total do ano de 2022.

APURAMENTO DOS RESULTADOS

Rúbricas	31/05/2023	2022	△ €	△ %
Resultados antes de depreciações, amortizações e gastos de financiamento	-1 690 334	961 539	(2 651 873)	-275,79%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	-1 788 909	785 902	(2 574 811)	-327,62%
Resultado antes de impostos	-1 788 909	785 902	(2 574 811)	-327,62%
Resultado líquido do período	(1 788 909)	785 902	(2 574 811)	-327,62%

Moeda: Euros

O resultado líquido do período cifrou-se nos 1.788 mil euros negativos, que contrasta com o valor positivo apurado no exercício de 2022 (785 mil euros). A nível do EBITDA (resultado antes de depreciações amortizações e gastos de financiamento) o valor de 2023 é negativo em 1.690 mil euros.

3.3 Indicadores económico-financeiros

De seguida encontram-se os principais indicadores económico-financeiros.

Apesar dos períodos em análise não serem homólogos, ao nível do balanço é possível a comparabilidade, considerando que o mesmo reflete a posição acumulada à data de análise.

A 31/05/2023 verifica-se um aumento do ativo e, simultaneamente, do passivo, mantendo-se uma liquidez geral positiva, apesar do seu decréscimo comparativo.

	31/05/2023	2022	△ €	△ %
Ativo não Corrente	436 327	514 339	(78 012)	-15,17%
Investimentos	436 327	514 339	(78 012)	-15,17%
Ativo Corrente	11 998 132	9 767 308	2 230 825	22,84%
Ativo	12 434 459	10 281 646	2 152 813	20,94%
Património Líquido	2 204 997	3 993 905	(1 788 909)	-44,79%
Passivo não corrente	367 080	367 080	0	0,00%
Passivo corrente	9 862 383	5 920 661	3 941 722	66,58%
Financiamentos	0	0	0	0,00%
Total Passivo	10 229 463	6 287 741	3 941 722	62,69%
Solvabilidade (Património líquido/ Passivo)	21,6%	63,5%		
Autonomia Financeira (Património líquido / Ativo)	17,7%	38,8%		
Liquidez Geral (Ativo corrente/ Passivo corrente)	1,22	1,65		
Grau de dependência do ML Prazo (Passivo não corrente/Ativo	2,95%	3,57%		
Grau de Cobertura do Imobilizado (Património líquido/Investimentos)	505,4%	776,5%		
Endividamento M/L Prazos (Empréstimos/Total Passivo)				

Moeda: Euros

3.4 Demonstração de Fluxos de Caixa

De igual foram esta demonstração financeiras à data de 31/05/2023, não têm comparabilidade com o período do ano de 2022. Todavia a análise possível segue nos termos a seguir descritos.

No âmbito da aplicação dos fluxos de caixa e seus equivalentes, verifica-se que as atividades operacionais espelham um fluxo positivo na ordem dos 3.402 mil euros.

As atividades de investimento refletem um valor negativo de 21 mil euros, devido a aquisição de ativos.

Não se efetuaram operações de atividades de financiamento.

O saldo para a gerência seguinte é de 11.527 mil euros, repartidos pela execução orçamental de 6.041 mil euros e operações de tesouraria de 5.485 mil euros.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Fluxos de caixa	31/05/2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	3 402 933,77	-551 007,21
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)	-20 563,12	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)	0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	3 382 370,65	-551 007,21
Caixa e seus equivalentes no início do período	8 144 810,60	8 695 817,81
De execução orçamental	2 250 716,74	2 514 613,31
De operações de tesouraria	5 894 093,86	6 181 204,50
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11 527 181,25	8 144 810,60
De execução orçamental	6 041 799,60	2 250 716,74
De operações de tesouraria	5 485 381,65	5 894 093,86

Moeda: Euros

4 Análise Orçamental

4.1 Orçamento

Em termos do orçamento inicial, verifica-se que o período em análise no ano de 2023, revela um aumento de 4.554 mil euros, representando as receitas e despesas correntes a sua maior componente.

ORÇAMENTO INICIAL

Receitas	2023	2022	△ €
Correntes	15 457 560	10 989 152	4 468 408
Capital	316 000	230 690	85 310
Outras	1 000	0	1 000
TOTAL	15 774 560	11 219 842	4 554 718

Moeda: Euros

Despesas	2023	2022	△ €
Correntes	15 096 060	10 754 152	4 341 908
Capital	678 500	465 690	212 810
TOTAL	15 774 560	11 219 842	4 554 718

Moeda: Euros

Ao nível orçamental também a execução, quer da receita, quer da despesa à data de 31/05/2023, não têm comparabilidade com o período do ano de 2022, considerando a heterogeneidade do período de análise.

Todavia iremos abordar os factos ocorridos em termos orçamentais.

4.2 Execução da Receita

No exercício orçamental em análise, a receita atingiu o montante de 9,5 milhões de euros e uma taxa de execução de 52,35 %.

As receitas correntes corresponderam a 45,96% do total da receita, a receita de capital a 30,68% e as outras receitas a 99,85%.

	INICIAL	CORRIGIDO	EXECUÇÃO	INICIAL	CORRIGIDO	EXECUÇÃO
RECEITA	2022	2022	2022	2023	31/05/2023	31/05/2023
Correntes	10 989 152	15 164 832	12 183 167	15 457 560	15 601 002	7 169 908
Capital	230 690	292 795	109 406	316 000	336 138	103 142
Outras	0	2 515 080	2 509 576	1 000	2 254 089	2 250 753
TOTAL	11 219 842	17 972 707	14 802 149	15 774 560	18 191 229	9 523 804

GRAU DE EXECUÇÃO	82,36%	52,35%
Corrente	80,34%	45,96%
Capital	37,37%	30,68%
Outras	99,78%	99,85%

A sua desagregação reparte-se nos termos seguintes:

	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO CORRIGIDA	31/05/2023		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO CORRIGIDA	2022	
			VALOR	%			VALOR	%
RECEITA CORRENTE	15 457 560	15 601 002	7 169 908	45,96%	10 989 152	15 164 832	12 183 167	80,34%
Taxas, multas e outras penalidades	2 475 000	2 475 000	457 565	18,49%	2 180 000	2 174 887	1 386 534	63,75%
Transferências correntes	12 858 560	13 002 002	6 667 375	51,28%	8 689 152	12 869 945	10 728 130	83,36%
Venda de bens e prestação de serviços	124 000	124 000	44 968	36,26%	120 000	120 000	68 503	57,09%
RECEITA DE CAPITAL	316 000	336 138	103 142	30,68%	230 690	292 795	109 406	37,37%
Transferências de capital	316 000	336 138	103 142	30,68%	230 690	292 795	109 406	37,37%
OUTRAS RECEITAS	1 000	2 254 089	2 250 753	99,85%	0	2 515 080	2 509 576	99,78%
Reposições não abatidas aos pagamentos	1 000	1 000	36	3,64%	0	440	440	99,99%
Saldo da gerência anterior	0	2 253 089	2 250 717	99,89%		2 514 640	2 509 137	99,78%
TOTAL GERAL	15 774 560	18 191 229	9 523 804	52,35%	11 219 842	17 972 707	14 802 149	82,36%

4.2.1 Transferências correntes e de capital obtidas

As transferências obtidas registam os valores transferidos pelas entidades:

		31/05/2023		2022	
		CORRENTES	CAPITAL	CORRENTES	CAPITAL
DO		1 342 515,00		2 952 990,42	
AD&C		4 814 363,09	77 104,40	7 379 004,44	95 386,38
Comunidade Europeia		254 295,00		230 459,87	2 375,00
Consiglio Nazionale Delle R		40 000,00			
INA		195 011,89	26 038,00	37 557,10	
IGFSS		5 162,62		47 246,96	11 644,41
IEFP				4 672,50	
Instituto Politécnico Portalegre		16 027,15		17 912,35	
Outras				58 286,14	
Totais		6 667 374,75	103 142,40	10 728 129,78	109 405,79
		6 770 517,15		10 837 535,57	

4.3 Execução da Despesa

A execução da despesa ascendeu, no período até 31 de maio de 2023, a 3,5 milhões de euros, resultando numa taxa de execução de 21,10%.

	INICIAL	CORRIGIDO	EXECUÇÃO	INICIAL	CORRIGIDO	EXECUÇÃO
DESPEZA	2022	2022	2022	2023	31/05/2023	31/05/2023
Correntes	10 754 152	15 857 978	12 295 803	15 096 060	15 744 568	3 459 909
Capital	465 690	574 420	255 630	678 500	756 630	22 095
TOTAL	11 219 842	16 432 398	12 551 432	15 774 560	16 501 198	3 482 004

GRAU DE EXECUÇÃO	76,38%	21,10%
-------------------------	---------------	---------------

Corrente	77,54%	21,98%
Capital	44,50%	2,92%

As despesas correntes perfazem 3,5 milhões de euros e as de capital de 22 mil euros, com um peso relativo de 21,98% e 2,92%, respetivamente.

	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO CORRIGIDA	31/05/2023		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO CORRIGIDA	2022	
			VALOR	%			VALOR	%
DESPESA CORRENTE	15 096 060	15 744 568	3 459 909	21,98%	10 754 152	15 857 978	12 295 803	77,54%
Despesas com pessoal	7 802 757	7 236 376	2 655 619	36,70%	7 656 276	7 776 033	6 821 221	87,72%
Aquisição de bens e serviços	3 446 704	4 527 962	453 810	10,02%	2 560 376	3 549 695	1 469 633	41,40%
Transferências correntes	3 776 599	3 899 630	340 009	8,72%	475 000	4 465 750	4 001 046	89,59%
Outras despesas correntes	70 000	80 600	10 472	12,99%	62 500	66 500	3 903	5,87%
DESPESA DE CAPITAL	678 500	756 630	22 095	2,92%	465 690	574 420	255 630	44,50%
Aquisição de bens de capital	678 500	756 630	22 095	2,92%	465 690	574 420	255 630	44,50%
TOTAL GERAL	15 774 560	16 501 198	3 482 004	21,10%	11 219 842	16 432 398	12 551 432	76,38%

Em termos de repartição, as despesas com pessoal representaram 36,70% da despesa corrente, a aquisição de bens e serviços com 10,02%, as transferências correntes assumem neste exercício 8,72% e a aquisição de bens de capital com 2,92%.

Os compromissos assumidos em obrigações, foram pagos no exercício, verificando-se compromissos a transitar de 1.648 mil euros.

	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	COMPROMISSOS	OBRIGAÇÕES	PAGAMENTOS PERÍODO			COMPROMISSOS A TRANSITAR	OBRIGAÇÕES P/PAGAR
				ANTERIOR	CORRENTE	TOTAL		
Despesas com pessoal	7 236 376	3 284 041	2 655 619		2 655 619	2 655 619	628 422	0
Aquisição de bens e serviços	4 527 962	1 329 909	453 810		453 810	453 810	876 100	0
Juros e outros encargos	0	0	0		0	0	0	0
Transferências correntes	3 899 630	340 009	340 009		340 009	340 009	0	0
Subsídios	0	0	0		0	0	0	0
Outras despesas correntes	80 600	10 472	10 472		10 472	10 472	0	0
Aquisição de bens de capital	756 630	166 025	22 095		22 095	22 095	143 930	0
Transferências de capital	0	0	0		0	0	0	0
Ativos financeiros	0	0	0		0	0	0	0
Passivos financeiros	0	0	0		0	0	0	0
Outras despesas de capital	0	0	0		0	0	0	0
TOTAL GERAL	16 501 198	5 130 456	3 482 004	0	3 482 004	3 482 004	1 648 452	0

Compromissos/Dotações corrigidas	31,09%
Obrigações/Compromissos	67,87%
Pagamentos no período/Obrigações	100,00%
Compromissos a transitar/Compromissos	32,13%

Já os compromissos futuros registam o valor de 180 mil euros, para os exercícios de 2023 e 2024. O valor correspondente ao ano de 2023 refere-se ao período de 1 de junho de 2023 a 31 de dezembro de 2023.

COMPROMISSOS FUTUROS			
	2 023	2 024	TOTAL
Aquisição de bens de capital	90 147	90 147	180 293
TOTAL GERAL	90 147	90 147	180 293

4.3.1 Despesas com Pessoal

As despesas com pessoal apresentam, em 31 de maio de 2023, um valor de 3.262 mil euros, não sendo comparável com o ano anterior considerando uma análise de 5 meses.

4.3.2 Aquisição de Bens e Serviços

Também as aquisições de bens e serviços, respeitando apenas a 5 meses não são comparáveis com o ano de 2022 e ascendem a 381 mil euros.

4.3.3 Transferências correntes

De igual forma as transferências correntes, não são comparáveis a 2022 e apresentam, relativamente aos valores executados no ano anterior, um decréscimo de 3,6 milhões de euros, decorrente essencialmente de verbas do PRR.

	31/05/2023	31/12/2022
Transferências correntes concedidas		
- Município de Beja	43 500	1 937 896
- Município de Campo Maior	43 500	1 972 982
- Município de Nisa	75 777	
- Município de Portalegre	170 800	26 000
- ARFE-Associação das Regiões Fronteiriças da Europa	6 432	6 000
- CRPM - Conférence des Régions Peripheriques Maritimes d' Europe		13 067
- Famílias		45 101
Total	340 009	4 001 046

4.3.4 Desempenho orçamental e fontes de financiamento

O desempenho orçamental, enforma da mesma não comparabilidade. No que concerne ao saldo inicial e receitas arrecadadas, apuram-se os valores espelhados no quadro seguinte:

31/05/2023

2022

	FONTES DE FINANCIAMENTO					TOTAL
	RECEITA PRÓPRIA	RECEITA GERAL	U E	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
Saldo da gerência anterior	1 471 114	216 553	563 049	5 894 094	8 144 811	8 690 341
- Operações orçamentais (1)	1 471 114	216 553	563 049		2 250 717	2 509 137
- Operações de tesouraria (A)				5 894 094	5 894 094	6 181 205
Receita corrente	502 533	1 342 515	5 324 860	0	7 169 908	12 183 167
- Taxas, multas e penalidades	457 565				457 565	1 386 534
- Transf., subs.corrente		1 342 515	5 324 860		6 667 375	10 728 130
- Venda de bens e serviços	44 968				44 968	68 503
Receita de capital	0	0	103 142	0	103 142	109 406
- Transf.e subs. de capital			103 142		103 142	109 406
Reposições não abatidas aos pagamentos	36				36	440
Receita efetiva (2)	502 570	1 342 515	5 428 002		7 273 087	12 293 013
SOMA (4)=(1)+(2)+(3)	1 973 684	1 559 068	5 991 052	0	9 523 804	14 802 149
Operações de tesouraria (B)				3 189 502	3 189 502	509 354

Quanto às despesas e saldo para a gerência seguinte, os valores traduzem a sua aplicação pelas seguintes fontes de financiamento.

31/05/2023

2022

	FONTES DE FINANCIAMENTO					TOTAL
	RECEITA PRÓPRIA	RECEITA GERAL	U E	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
Despesa corrente	416 142	1 317 077	1 726 691		3 459 909	12 295 803
- Despesa com o pessoal	380 405	1 317 077	958 137		2 655 619	6 821 221
- Aquisição de bens e serviços	28 754		425 055		453 810	1 469 633
- Transf. e subs. correntes	6 432		333 577		340 009	4 001 046
- Outras despesas correntes	551		9 921		10 472	3 903
Despesa de capital	826		21 269		22 095	255 630
- Aquisição de bens de capital	826		21 269		22 095	255 630
Despesa efetiva (5)	416 967	1 317 077	1 747 960		3 482 004	12 551 432
SOMA (7)=(5)+(6)	416 967	1 317 077	1 747 960		3 482 004	12 551 432
Operações de tesouraria (C)				3 598 214	3 598 214	796 464
Saldo para a gerência seguinte	1 556 716	241 992	4 243 092	5 485 382	11 527 181	8 144 811
- Operações orçamentais (8)=(4)-(7)	1 556 716	241 992	4 243 092		6 041 800	2 250 717
- Operações de tesouraria (D)=(A)+(B)-(C)				5 485 382	5 485 382	5 894 094
Saldo global (2) - (5)	85 602	25 438	3 680 042		3 791 083	(258 420)

4.4 Indicadores orçamentais

	31/05/2023				2022
	FONTES DE FINANCIAMENTO				
	RECEITA PRÓPRIA	RECEITA GERAL	U E	TOTAL	TOTAL
Despesa primária	416 967	1 317 077	1 747 960	3 482 004	12 551 432
Saldo corrente	86 391	25 438	3 598 169	3 709 999	(112 636)
Saldo capital	(826)		81 873	81 048	(146 224)
Saldo primário	85 602	25 438	3 680 042	3 791 083	(258 420)
Receita total (1)+(2)+(3)	1 973 684	1 559 068	5 991 052	9 523 804	14 802 149
Despesa total (5)+(6)	416 967	1 317 077	1 747 960	3 482 004	12 551 432

	31/05/2023	31/12/2022
Despesa primária/Despesa total	100%	100%
Despesa c/pessoal/Despesa primária	76%	54%
Despesa c/pessoal/Despesa total	76%	54%

Conforme é possível verificar no ano de 2023 (31/05/2023) o saldo primário apresenta-se positivo na ordem dos 3.791 mil euros, situação que não ocorreu em 2022, onde o mesmo indicador apresenta o valor negativo de 258 mil euros.

5 LCPA – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso

A Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), estabelece as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas. O objetivo primordial desta lei é o controlo da execução orçamental e, em particular, da despesa pública constituindo um elemento crítico para garantir o cumprimento das metas orçamentais.

Durante o período em análise do ano de 2023 a CCDRA deu cumprimento a esta obrigação, quer pela adoção de práticas e procedimentos necessários à execução orçamental que antes se reportou, quer ainda pelo facto de não se verificarem pagamentos em atraso.

6 Contabilidade de Gestão

A contabilidade de gestão ainda não foi implementada.

De acordo com a NCP 27 – Contabilidade de Gestão, a referida contabilidade destina-se a produzir informação relevante e analítica sobre gastos, sobre rendimentos e resultados, de forma a fornecer e a satisfazer uma variedade de necessidades de informação dos gestores e dirigentes públicos na tomada de decisões, designadamente nos seguintes domínios:

- a) No processo de elaboração de orçamentos (por exemplo, orçamentos por atividades, produtos ou serviços), nomeadamente quando se utiliza o orçamento base zero, por programas ou por objetivos;
- b) Nas funções de planeamento e controlo, e na justificação para um plano de redução de gastos;
- c) Na determinação de preços, tarifas e taxas, cujos preços e taxas devem estar justificados pelo seu gasto;
- d) No apuramento do custo de produção de ativos ou de bens e serviços;
- e) Na mensuração e avaliação de desempenho (economia, eficiência, eficácia e qualidade) de programas;
- f) Na fundamentação económica de decisões de gestão como, por exemplo, para justificar a entrega de determinados serviços a entidades externas ou para fundamentar o valor de participação do Estado em serviços praticados a preços inferiores ao custo ou preço de mercado.

Todavia, a atual atividade da CCDRA, considerando o custo/benefício que se extrai deste processo, não levou a que se desenvolvesse qualquer trabalho sobre a referida norma contabilística.

Apesar disso não podemos descurar a sua possível necessidade e importância futura, pelo que na oportunidade daremos os passos necessários à sua implementação

7 Factos ocorridos após o termo do exercício

As demonstrações orçamentais, financeiras e de gestão, foram aprovadas pelo Conselho Diretivo da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, IP em **23 de abril de 2024**.

Não se verificaram factos ocorridos após o termo do exercício que afetem as referidas demonstrações financeiras entre a data de encerramento do exercício e a data da sua aprovação.

Apenas referir que a conhecida mudança substantiva ocorrida ao nível do regime jurídico da CCDR Alentejo, com a sua passagem a I.P. e o alargamento de competências inerentes a esta mudança, conduzirá a novos e exigentes métodos de trabalho e procedimentos internos a que o Conselho Diretivo está a avaliar e a decidir em conformidade.

8 Proposta de Aplicação de Resultados

Propõe-se que o resultado líquido do período, negativo, no montante 1.788.909€, seja transferido para a conta 56 - Resultados Transitados.

O Conselho Diretivo

(órgão máximo à data de aprovação das contas de gerência)

O Presidente

António Ceia da Silva

A Vice-Presidente

Carmen de Jesus Geraldo Carvalheira

O Vice-Presidente

Aníbal Sousa Reis Coelho da Costa

O Vice-Presidente

José Domingos Negreiros Velez

A Vice-Presidente

Ana Paula Ramalho Amendoeira